

AVALIAR PARA PROMOVER

As setas do caminho



JUSSARA HOFFMANN

Graduada em Letras
pela UFRGS.

Mestre em Avaliação
Educacional pela UFRJ.

Professora da Faculdade de
Educação da UFRGS até 1997.
Escritora, Consultora Educacional,
Conferencista.

18ª Edição

Porto Alegre

2025

Todos os direitos desta edição reservados à

Jussara Hoffmann, 2025

Printed in Brazil/Impresso

Sumário

<i>Apresentação</i>	5
---------------------------	---

<i>O caminho de Santiago de Compostela</i>	9
--	---

<i>1.Caminhos da aprendizagem</i>	11
---	----

A avaliação a serviço da ação.....	15
------------------------------------	----

Uma ação que se projeta no futuro	19
---	----

Cultura da reprovação?.....	21
-----------------------------	----

Recuperação <i>versus</i> estudos paralelos.....	24
--	----

Conselhos de classe <i>versus</i> “decisões do conselho”	28
--	----

Avaliação como um princípio ético.....	30
--	----

Avanços em educação.....	32
--------------------------	----

A participação das famílias.....	35
----------------------------------	----

Avaliação e inclusão.....	37
---------------------------	----

<i>2.Outra concepção de tempo em avaliação</i>	41
--	----

O aprendiz determina o próprio tempo de aprendizagem.....	46
---	----

Cada passo é uma grande conquista.....	49
--	----

Todo aprendiz está sempre a caminho.....	52
--	----

É importante refletir a cada passo.....	57
---	----

Autoavaliação como processo cotidiano.....	59
--	----

<i>3. Múltiplas dimensões da avaliação</i>	63
Delineando objetivos.....	69
Aprofundando e ampliando o olhar.....	73
A análise qualitativa: múltiplas dimensões.....	74
Os procedimentos avaliativos e o cenário educativo.....	77
Avaliação como diálogo, problematização e interação.....	79
 <i>4. Avaliação mediadora</i>	 84
A dinâmica da avaliação mediadora.....	85
Mediando a mobilização.....	89
Qual o papel do avaliador na etapa de mobilização?.....	91
A investigação das concepções prévias	94
Concepções prévias e condições prévias.....	96
Como provocar o interesse e a necessidade de aprender?.....	97
Mediando as experiências educativas.....	99
Observando o aluno em ação.....	103
Atividades diversificadas e diferenciadas.....	106
Mediando a expressão do conhecimento.....	110
Tarefas gradativas, articuladas e conectadas.....	113
Respeito às diferentes formas de expressão.....	115
 <i>5. Instrumentos de avaliação e registros em avaliação mediadora</i>	 121
Instrumentos a serviço das concepções.....	125
Critérios de correção de tarefas.....	128
Alguns cuidados na elaboração de tarefas avaliativas.....	135
Dossiês, portfólios, relatórios de avaliação.....	142
 <i>Referências</i>	 149

Avaliação

Avaliar para promover é um título que poderá suscitar diferentes interpretações, diferentes “leituras”. O termo “promoção” sempre esteve atrelado a decisões burocráticas da avaliação tradicional, significando o acesso a outros níveis de ensino. Minha intenção é resgatá-lo em seu sentido original, de acesso a um patamar superior de aprendizagem, de acesso a um nível qualitativamente superior de conhecimento e de vida. Avaliar para promover uma educação digna e de direito de todas as crianças, jovens e adultos.

Neste livro, pretendo dialogar com o leitor, para que, juntos, possamos reforçar as setas dos caminhos em avaliação a partir do engajamento em ações educacionais comprometidas com uma escola do presente e do futuro.

Avançamos (lentamente, é fato), mas houve conquistas importantes nos últimos anos, em termos de uma maior reflexão e de um maior número de experiências em avaliação mediadora por escolas e professores, que resultaram, como revelou o último censo escolar, na diminuição da repetência e da evasão escolar no país.

Apesar dos avanços, continua muito grande a polêmica em torno da avaliação. Contribuem para isso muitos fatores. Desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, estão estabelecidas regulamentações sobre a promoção dos estudantes que encaminham para a revogação das práticas classificatórias excludentes. A partir dessa Lei, inúmeros pareceres, resoluções e normas oficiais, bem como o Plano Nacional de Educação 2014 e a Base Nacional Comum Curricular (2018), reafirmam esse princípio, mas percebo, ao mesmo tempo, confusas ou equivocadas interpretações dos preceitos legais. A sociedade e os professores permanecem inseguros quanto às alterações em avaliação que “podem colocar em risco” a

tradicional escola brasileira. Participo intensamente, como estudiosa na área, dessa inquietação coletiva. Alegro-me em dizer que os reflexos desses esforços, embora tímidos, são positivos e alentadores. Passo a passo, a discussão amplia-se, professor por professor, escola por escola, em cada comunidade, em todo o país. “É preciso mudar a escola e a sociedade para mudar a avaliação” – defendem alguns céticos. Não creio. A avaliação é substancialmente reflexão, capacidade única e exclusiva do ser humano, de pensar sobre seus atos, de analisá-los, julgá-los, interagindo com o mundo e com os outros seres, influenciando e sofrendo influências pelo seu pensar e agir. Não há tomada de consciência que não influencie a ação. Uma avaliação reflexiva auxilia a transformação da realidade avaliada.

Humanidade subentende razão, crítica, emoção, intuição, posicionamentos pessoais frente a fatos e ações do outro. Em tudo há sempre o que nos agrada e o que nos desagrada. Partimos para uma mudança impulsionados pelo desejo de alterar o que não nos satisfaz. Assim, creio, repensar os princípios de avaliação que regem uma instituição educacional pode ser, sim, um primeiro passo para transformá-la, porque exige discuti-la em seu conjunto: contexto educacional, organização curricular, preceitos metodológicos, princípios políticos, éticos e estéticos, realidade sociocultural. Ao discutir a prática avaliativa, cada professor enuncia concepções próprias acerca da vida, da educação, do educando.

Dessa forma, ao se reunirem professores, alunos e a comunidade para discutirem avaliação, desencadeiam-se e dinamizam-se processos de mudança muito mais amplos do que a simples reformulação de práticas. Uma reflexão conjunta sobre princípios que fundamentam a avaliação nas escolas favorece a convivência com diferentes perspectivas individuais, ampliando a compreensão coletiva sobre as dimensões do ser escola, do ser educador e do ser educando. O avaliar para promover fundamenta-se em tais reflexões. Mais do que nunca, percebo a grande maioria dos educadores imersa nessa discussão, inquietos pelas críticas de mal julgar os alunos, pelas críticas de uso abusivo de sua autoridade.

Nunca esse poder incomodou a tantos! Retorno seguidamente, em encontros de professores, aos velhos tempos e aos meus primeiros estudos. Percebo o quanto ainda é necessário “desafiar o mito” da concepção classificatória que reduz a avaliação ao controle e julgamento de resultados finais.

Trabalhando intensamente com a formação de professores, percebo o avanço em termos de discussões sobre esse tema, mas as mudanças são ainda tímidas em termos das práticas que permanecem ainda de julgamento e/ou de função puramente burocrática em muitas instituições educacionais.

Após a publicação do livro “Avaliação mito & desafio” em 1991, as dificuldades enunciadas pelos professores para efetivar a prática mediadora provocaram-me a estudos, pesquisas e à reconstrução da minha própria prática, buscando melhor delinear princípios e metodologias a partir da contribuição de teóricos, colegas e alunos, e pelo privilégio de poder conviver com professores de todo o país, de todos os segmentos de ensino. Desses estudos resultaram as publicações “Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade” e “Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre as crianças”.

Como professora, orientadora de estágio e assessora educacional, vivi a dificuldade de vencer a distância entre os princípios teóricos concebidos e o conservadorismo da sociedade, de instituições e de professores. Senti uma grande inquietude ao tentar buscar respostas a tantas perguntas feitas, escrevendo os livros “Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação” e “O jogo do contrário em avaliação”.

Mantenho a percepção, com mais de quarenta anos como educadora e mais de três décadas de estudos e pesquisas em avaliação, de que essa é uma prática que está por ser delineada, mas, hoje, com maior número de defensores, um processo a ser construído pelo diálogo, pelo encontro, pelo confronto, de pessoas em processo de humanização. As inquietações em torno da avaliação educacional ampliam-se à medida que se apontam novos rumos para educação, revelando o tremendo descompasso dos processos seletivos ainda vigentes nas escolas.

Este livro se constituiu, como os outros que escrevi, a partir de estudos e debates sobre avaliação com muitos e muitos professores de todo o país e da certeza de que, mais do que nunca, todos estão buscando novos rumos e é preciso apontar-lhes algumas direções.

Tenho a certeza de que estão em jogo os valores mais profundos dos professores quando discutimos sua prática avaliativa. Muitos se sentem acuados, emparedados, até mesmo amedrontados quando são levados a discuti-la. Precisamos respeitá-los em suas incertezas e temores. Não se podem embasar tais discussões em certos e errados, em posições radicais do “sou a favor ou contra”, mas devem-se promover encontros e estudos para que todos tenham a oportunidade de expressar seus anseios, compreender as perspectivas alheias, refletir sobre as próprias crenças.

O grande dilema é que não há como “ensinar melhores fazeres em avaliação”. Esse caminho precisa ser construído por cada um de nós, pelo confronto de ideias, repensando e discutindo em conjunto princípios, objetivos e metodologias. Para quem se propõe a seguir por esse caminho, faço ainda algumas considerações, citando as palavras de Valiña Sampedro:

É importante não ter pressa, permitir-se bastante tempo para observar tudo o que se passa ao nosso redor e sobretudo cuidar de ter tempo para refletir sobre o que se está vivendo. Já foram escritos muitos textos sobre o significado e a relevância dessa trajetória. Todos eles podem representar grande ajuda a quem se propõe a fazê-la. Mas o que lhe dará verdadeiro sentido será vivê-la com espírito de simplicidade e acolhimento, como uma aventura que pode conduzi-lo a um profundo descobrimento de si mesmo (ELIAS VALIÑA SAMPEDRO. *El camino de Santiago*, 1993).

O caminho de Santiago de Compostela

Algum tempo atrás, fiz com Nelson, meu esposo, o Caminho de Santiago de Compostela, na Espanha. Caminhamos muitos dias de mochila nas costas e parando apenas para dormir ao final de cada trecho percorrido. Como tantos que vivem essa experiência, tive muito tempo para pensar e aprendi muitas coisas ao enfrentar situações bastante diferentes da vida que se leva numa grande cidade, sempre trabalhando muito, com muita pressa.

Em várias ocasiões, pensei em avaliação, construindo algumas relações entre o que estava vivendo e os princípios que defendo para essa prática. Do diário que escrevi pelo caminho, retirei algumas passagens. Elas servirão de abertura para os capítulos deste livro. Deixo para os leitores a construção das suas próprias relações entre tais passagens e cada capítulo, que, com certeza, serão muitas e diferentes das que pude estabelecer.

Levamos vários meses nos preparando para fazer o caminho. Não é nada fácil a decisão de aventurar-se ao desconhecido. É preciso muito preparo e acreditar que valerá a pena. Lemos, de início, livros de outros peregrinos. Coletamos revistas, mapas, folhetos e solicitamos material à Associação Brasileira dos Amigos do Caminho de Santiago de Compostela, em São Paulo. As leituras nos mostraram que era preciso preparar-se para a longa jornada caminhando cada dia por mais tempo durante os meses anteriores à peregrinação.

Percebemos, também, que precisaríamos de equipamento adequado, tais como botas, roupas para chuva, mochilas. Estudamos os mapas com atenção, anotando detalhes de cada trecho em termos de hospedarias, distâncias e dificuldades.

As experiências narradas por outros peregrinos foram essenciais para minorar a nossa insegurança frente ao desconhecido. E foi encorajador sabermos

que teríamos a companhia um do outro nessa aventura. Esse é um trajeto que dificilmente se percorre sozinho. Mesmo os caminhantes solitários acabam se reunindo a outros peregrinos porque a troca de experiências e a companhia são importantes. Em primeiro lugar, porque são várias as dificuldades do trajeto, principalmente pelo esforço físico, para o qual o preparo anterior nunca é suficiente. Caminhar por dias inteiros e carregando mochilas pesadas só se aprende caminhando. Em segundo lugar, a companhia de outras pessoas é muito importante porque se tem uma grande vontade de expressar sentimentos ao longo dos trajetos, ao final de cada dia, de trocar ideias sobre as coisas novas que se está vivendo.

Sem dúvida, há algo maior que move a todos que fazem o caminho: o inusitado, a dimensão do sonho, o desejo de superação, a vontade de chegar ao destino almejado. A cada passo, as dificuldades vão se tornando motivos de júbilo. Caminhar por dias inteiros é uma grande conquista, e os trechos mais penosos se tornam os mais importantes. Por isso, os peregrinos precisam tanto conversar uns com os outros, para contar seus feitos, das bolhas nos pés, dos trajetos íngremes, da beleza das paisagens e, principalmente, para compartilhar do sentimento de conquista.

Esta é a ousadia, afinal, que faz o caminho ter um sentido, que faz a nossa vida valer a pena: a de avançar sempre, superando-nos e às nossas inseguranças pela coragem de enfrentar o que ainda não conhecemos.

1.Caminhos da Aprendizagem

Um dos aspectos mais fascinantes do Caminho de Santiago é o fato de todo o trajeto estar demarcado por setas amarelas que guiam os caminhantes. O trajeto completo do Caminho Francês ultrapassa oitocentos quilômetros. As setas foram criação dos peregrinos, mas foram oficializadas em 1984 e são reforçadas periodicamente por um grupo de voluntários. Além deles, muitos que fazem o caminho reforçam e criam novas setas com fitas, pedras e de outras maneiras.

As setas estão por todo o caminho, a tal ponto que é difícil perder-se o rumo. Elas estão desenhadas nos muros das casas, no chão, nas árvores, nas pedras, nas cercas... Basta procurar por elas de trechos em trechos ou nas encruzilhadas do caminho. O que elas dizem de mais forte é que estamos indo na direção certa. Seguindo-as, muitos peregrinos, a pé, a cavalo, de bicicleta, cada um do seu jeito e a seu tempo, chegam a Santiago há milhares de anos.

As setas também nos dizem que fazemos parte de uma experiência da humanidade que muitos outros já viveram ou estão vivendo. Mesmo o peregrino solitário sente-se acompanhado, porque elas indicam que outros já passaram por ali e outros tantos passarão. De início, chegamos a duvidar que elas estariam demarcando o caminho todo o tempo, por tantos e tantos quilômetros, e achamos que teríamos de confirmar nos mapas os trajetos ou perguntar a direção às pessoas dos vilarejos. Com o passar dos dias, aprendemos a confiar de tal maneira nas setas que não precisamos mais procurar por elas como se viessem ao nosso encontro e magicamente nos acompanhassem. Nesse momento, então, o desconhecido e o inesperado não nos assustaram mais, porque tínhamos a confiança de que as setas nos manteriam no rumo certo.

Nas últimas décadas, a atenção dos educadores, dos políticos e da sociedade voltou-se para a dimensão social e política da avaliação por representar, muitas vezes, práticas incompatíveis com uma educação democrática. Intensificaram-se, a partir daí, os estudos e as pesquisas na área, o que já não era sem tempo, observando-se movimentos universais nesse sentido.

As dissonâncias em torno dessa prática ocorrem em paralelo à discussão sobre uma escola que parece não dar mais conta dos problemas sociais e que corre o risco de educar os alunos até mesmo para uma ultrapassada visão do presente. Diz Morin (2000, p. 84):

Nova consciência começa a surgir: o homem, confrontado de todos os lados às incertezas, é levado em nova aventura. É preciso aprender a enfrentar a incerteza, já que vivemos em uma época de mudanças em que os valores são ambivalentes, em que tudo é ligado.

No seu sentido ético, de juízo de valor, nada mais natural que a avaliação educacional seja amplamente discutida no século XXI. Que escola queremos? A quem ela pertence de direito? O que é aprender nesses novos tempos?

No âmbito da educação brasileira, as questões debatidas em avaliação, os preceitos expressos nos documentos legais e as novas experiências desenvolvidas em várias regiões do país expressam igualmente essas tendências universais. Estudiosos e pesquisadores (ARROYO, 2000; DEMO, 2000; HADJI, 2001; LUCKESI, 2000; PERRENOUD, 1994, 1999a; ZABALA, 1998) apontam, em uníssono, a

preocupação em superar o viés positivista e classificatório das práticas avaliativas escolares, retomando-as em seu sentido ético, de respeito às diferenças, de compromisso com a aprendizagem para todos e com a formação da cidadania.

Os estudos em avaliação deixam para trás o caminho das verdades absolutas, dos critérios objetivos, das medidas padronizadas e das estatísticas, para alertar sobre o sentido essencial dos atos avaliativos de interpretação de valor sobre o objeto da avaliação, de um agir consciente e reflexivo frente às situações avaliadas e de exercício do diálogo entre os envolvidos.

Tanto em relação à avaliação de currículos e programas quanto sobre a avaliação da aprendizagem, estudos contemporâneos apontam novos rumos teóricos, tendo como diferencial básico o papel interativo do avaliador no processo, influenciando e sofrendo influências do contexto avaliado, o que passa a conferir ao educador uma grande responsabilidade por considerá-lo indelevelmente comprometido com o objeto da avaliação e com a sua própria tomada de consciência a respeito do que significa avaliar os alunos.

Mudanças da avaliação, nas escolas, precisam levar em conta tais tendências. Os professores, ao inovar suas práticas, devem estar conscientes das concepções que regem suas ações. A sua credibilidade profissional está em jogo porque toda a sociedade inicia a contestar os parâmetros da avaliação educacional pela arbitrariedade e fragilidade teórica várias vezes percebidas.

Os processos avaliativos tendem, em todos os países do mundo, a adequar-se aos novos rumos, com práticas sendo repensadas pelos professores nas salas de aula, estudos e pesquisas desenvolvidos pelos teóricos nas universidades.

Programas de formação passam a exigir o engajamento de cada professor nessa discussão, pois os ensinamentos teóricos e a apresentação de novos preceitos metodológicos não garantem em absoluto a compreensão e a tomada de consciência sobre concepções formativas e mediadoras em avaliação, cujo significado revela uma alteração radical de sua finalidade.

É preciso um esforço coletivo para delinear as setas dos caminhos da avaliação educacional na direção do seu significado ético e político de contribuição à transformação social. A compreensão desses novos rumos exige a reflexão

conjunta pelos avaliadores e todos os envolvidos na educação dos alunos porque se fundamenta em concepções de democracia, de cidadania, de direito à educação. Essa compreensão é um compromisso a ser assumido coletivamente:

Compreender significa intelectualmente aprender em conjunto, *comprehendere*, abraçar junto, (...) inclui, necessariamente, um processo de empatia, de identificação e de projeção. Sempre intersubjetiva, a compreensão pede abertura, simpatia e generosidade (MORIN, 2000, p. 94-95).

As práticas avaliativas classificatórias fundam-se na competição e no individualismo, no poder e na arbitrariedade presentes nas relações entre professores e alunos, entre os alunos e entre os próprios professores. À medida que os estudos apontam para o caráter interativo e intersubjetivo da avaliação, alertam também para a essencialidade do diálogo entre todos os que fazem parte desse processo, para a importância das relações interpessoais e dos projetos coletivos.

Quais são os rumos contemporâneos da avaliação defendidos pelos estudiosos da área? O que indicam as setas do caminho?

A avaliação a serviço da ação

Este primeiro princípio estabelece a contraposição básica entre uma concepção classificatória de avaliação, de julgamento de resultados, e a concepção de avaliação mediadora como ação pedagógica reflexiva.

Alertam os estudos contemporâneos sobre a diferença entre pesquisar e avaliar em educação. Enquanto a pesquisa tem por objetivo a coleta de informações e a análise e compreensão dos dados obtidos, a avaliação está predominantemente a serviço da ação, colocando o conhecimento obtido pela observação ou investigação a serviço da melhoria da situação avaliada. Observar, compreender, explicar uma situação não é avaliá-la; essas ações são apenas uma parte do processo. Para além da investigação e da interpretação da situação, a avaliação envolve

necessariamente uma ação que promova a sua melhoria. Esse primeiro princípio é o mais importante de todos para se compreenderem as novas tendências, porque se altera radicalmente a finalidade da avaliação em relação às práticas classificatórias, seja da aprendizagem do aluno seja de um currículo ou programa. É fundamental frisar este ponto: mudanças essenciais em avaliação dizem respeito à finalidade dos procedimentos avaliativos e não, em primeiro plano, à mudança de tais procedimentos. Observe-se, entretanto, que a maioria das escolas e universidades iniciam processos de mudanças alterando normas e práticas avaliativas, em vez de delinear com os professores princípios norteadores de suas práticas.

Em relação à aprendizagem, uma avaliação a serviço da ação tem por objetivo não a verificação e o registro de dados do desempenho escolar, mas a observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais.

No que se refere à avaliação institucional, da mesma forma, a coleta de informações deve ter por finalidade não a divulgação de dados estatísticos ou *rankings* de escolas, cursos, universidades, mas favorecer a implementação de programas que resultem em benefício à escola, à instituição de ensino avaliada, aos estudantes.

Todo conhecimento obtido acerca de uma dada realidade visa à sua evolução. Avalia-se para conhecer, para compreender as razões das dificuldades encontradas, para promover ações efetivas, de curto e longo prazo, em benefício aos educandos, às escolas, às universidades, etc.

Essa é também a finalidade da avaliação do desempenho escolar na perspectiva mediadora, cuja teoria venho delineando. O papel do professor, ao avaliar, é agir para alcançar o sucesso dos alunos. Os percursos individuais serão mais ou menos favorecidos a partir de suas decisões pedagógicas, que dependerão, igualmente, da amplitude das observações sobre suas reações e manifestações. Nesse sentido, professores e escolas, partindo de processos avaliativos mediadores, buscarão criar novas e diferentes propostas pedagógicas que contribuam para a melhoria da aprendizagem, levando em conta o ritmo, as necessidades e os interesses de cada estudante. Avaliar para promover significa, portanto, exercer essa prática em benefício dos alunos, buscando a melhoria da ação pedagógica.